



ANAIS



# III CEPIAL

---

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

---

Semeando Novos Rumos

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil



ANAIS



# III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:  
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS  
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho 2012  
Curitiba - Brasil

# ANAIS



**III CEPIAL**

CONGRESSO DE CULTURA  
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

## Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,  
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

[www.cepial.org.br](http://www.cepial.org.br)  
15 a 20 de julho de 2012  
Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

### MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

#### RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

#### EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

#### RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

### MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

#### EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)  
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)  
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)  
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)  
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

### RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)  
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)  
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)  
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)  
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)  
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)  
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)  
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)  
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

### 5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

### RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)  
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)  
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)  
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)  
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)  
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)  
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)  
*Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza* (autor(es/as): Milson Betancourt)  
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

### 5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

## RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)  
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

### MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

## RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



# III CONGRESSO de CULTURA e EDUCAÇÃO PARA a INTEGRAÇÃO da AMÉRICA LATINA

Curitiba, 15 a 20 de Julho de 2012

## **Construindo cidades mais seguras a partir da Educação Ecológica**

La educación ambiental para la construcción de ciudades seguras

**Joamara Mota Borges<sup>1</sup>**

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2005), especialista em Psicologia Escolar (2009), mestranda em Geografia Humana pela Universidade de Brasília - UNB. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ecopedagogia, psicologia escolar e temas emergentes. Coordenou o GT de Psicologia dos Desastres e das Emergências no CRP. No último Fórum Brasileiro de Educação Ambiental em março de 2012 atuou na coordenação do Encontro de Estruturas educadoras, juventude e envelhecimento.

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade de Brasília



## RESUMO

Em pleno momento de discussão ambiental internacional, poucos avanços foram feitos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, nos últimos dias na cidade do Rio de Janeiro, junho de 2012. O artigo levanta a discussão de como a educação ecológica pode contribuir para cidades mais seguras tendo como ponto de partida as discussões ocorridas na disciplina de Pós Graduação em Geografia Humana "Urbanização e Meio Ambiente" na Universidade de Brasília. Os objetivos do programa pautaram em: contextualizar a relação urbano-ambiental encontradas em marcos institucionais a partir da década de 70 até os anos 2000; buscar uma abordagem urbano ambiental alternativa e a discutir se tem sido eficiente as propostas das políticas públicas e seus instrumentos para reduzir os riscos urbano-ambientais. Aliando a educação ecológica nesse processo de mudança de paradigma.

**Descritores:** Educação ecológica, desenvolvimento sustentável e riscos urbanos ambientais.






## Construindo cidades mais seguras a partir da Educação Ecológica

“ Todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”  
(Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil)

O artigo levanta a discussão de como a educação ecológica pode contribuir para cidades mais seguras tendo como ponto de partida as discussões ocorridas na disciplina de Pós Graduação em Geografia Humana, "Urbanização e Meio Ambiente". Os objetivos do programa pautaram em: contextualizar a relação urbano-ambiental encontradas em marcos institucionais a partir da década de 70 até os anos 2000; buscar uma abordagem urbano ambiental alternativa e discutir se têm sido eficiente as propostas das políticas públicas e seus instrumentos para reduzir os riscos urbano-ambientais, em especial a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, ocorrida em Junho no Rio de Janeiro.

Parece pouco provável que se possa avançar além de declarações genéricas de intenções, sem nenhum compromisso obrigatório de cumprimento imediato - tão intrincadas e difíceis de chegar a práticas concretas parecem as questões centrais do evento (economia verde e governança sustentável). Não haverá tempo para uma Rio+30, 40, 50, diante da urgência das questões de hoje no mundo, a começar por um novo modelo de economia e educação para o século 21 e a redução do consumo nos Estados Unidos para 20% do volume atual. A questão do desenvolvimento sustentável não é para a próxima geração, é para a nossa, é para hoje.

A primeira reflexão para construção do artigo iniciou com o debate do vídeo: "A história das coisas", momento em que percebemos que o modo de produção determina o comportamento individual. Questionamentos como: onde nos situamos nessa organização social?' É uma organização justa? Aderir ou não aderir a esse sistema? Existem organizações justas minoritárias no planeta terra, organizações que preocupam a sociedade, com o meio ambiente, com questões sociais e fiscais, ou seja, o famoso




crescimento sustentável. Cumprem todos esses requisitos: sociais e fiscais, somente para continuar produzindo e fornecendo seus produtos nas prateleiras esparramadas pelo mundo para satisfazer o consumo exacerbado.

A argumentação retórica desse sistema sempre será o “desenvolvimento” sustentável do Estado, de que para crescer é necessário desmatar, poluir e contaminar recursos hídricos e florestais, explorar os recursos minerais, entre outros. Tudo para atender a demanda consumidora do planeta. A idéia mais forte do vídeo, para algumas sociedades, em particular os EUA, é que: “a felicidade passa pelo consumo”. Quebrar o paradigma de que existir só pode ocorrer com o consumir. Se continuarmos consumindo no mesmo ritmo precisaremos de muitos planetas. Estamos ultrapassando o patamar de 7 bilhões de habitantes e se começarmos a partir de já contabilizar a produção de lixo que fazemos, os recursos naturais que extraímos, entraremos num verdadeiro desânimo para reverter o processo. Uma pessoa gera em média 1 kilo de lixo por dia. Seguindo essa estimativa, uma pessoa de 80 anos terá produzido ao longo da vida, aproximadamente 3 toneladas de resíduos.

É preciso estar muito atento para não cair nas armadilhas do mercado. Atualmente, propagandas feitas pelas empresas: Coca Cola, Hyundai e Cartões Visa, nos fazem sonhar com determinados produtos sem sair do sofá. Jargões como: “salve o mundo, tome uma coca-cola”, “luxo é para poucos” e “pague com visa, porque a vida é agora”. Informações como essas permeiam nosso imaginário, mesmo quando estamos dormindo.

Para Bueno (2010) a mídia brasileira tem dedicado, ao longo dos anos, espaço e tempo à temática da sustentabilidade, sobretudo a partir da divulgação dos relatórios do IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, e da conscientização ampliada do impacto dramático da ação humana sobre o clima do planeta. Questões como aumento da insegurança alimentar, a privatização dos recursos naturais (em especial a da água), o uso das energias renováveis, o desmatamento dos biomas, e a destruição da biodiversidade, entre outras, estão nas páginas dos jornais e revistas e demais veículos. No entanto, a qualidade da cobertura de temas como sustentabilidade e ou desenvolvimento sustentável são questionáveis, pois muitas vezes são superficiais, acríticos e com intenção deliberada de falsear a verdade com propósito de criar uma imagem positiva para organizações e (ou) empresas que se empenham em moldar um discurso descolado da realidade.

O capitalismo se materializou como modelo de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Tal sistema tem como central a valorização da economia e predispõe um crescimento econômico baseado na expansão industrial e de consumo. Foi a Revolução




Industrial que encerrou a transição entre o feudalismo e capitalismo, fase de acumulação primitiva de capitais e de supremacia do capital mercantil sobre a produção. Nesse momento histórico, a categoria “trabalho” passou por uma profunda transformação. O trabalho tornou-se um atributo de análise que permite significativas e recorrentes discussões. Para Codo (2006) a forma mercadoria é a forma universal que o trabalho assumiu assim que o capitalismo se tornou universal. Toda a idade média, todas as comunidades “primitivas”, toda a História anterior ao capitalismo estaria excluída dessa concepção, seria como dizer que o capitalismo inaugurou o trabalho.

O capitalismo em sua constante busca por acumulação de riqueza, apresenta visíveis e inegáveis transformações. Tais transformações unem-se, sobremaneira, à questão do tempo. O modelo que emerge revela-se como potencializador de novas e mais sofisticadas formas de acumulação, condizentes com o sistema capitalista de produção de mercadorias. Tempo é dinheiro, esta é a premissa básica que atribui ao tempo um papel decisivo no capitalismo e, como diz Robert Kurz (1999, p. 3), “hoje a exploração dos recursos temporais parece ter chegado a seu limite histórico, sendo impossível evitar que o problema do tempo, agora iminente, se insinue na consciência social”.

A partir das duas últimas décadas do século XX, a globalização tem trazido novas demandas para as cidades, levando-as a competir para tornarem-se centros de negócios regionais ou internacionais. No Brasil, as cidades converteram-se cada vez mais nas molas propulsoras do crescimento econômico, mas a sustentabilidade urbana tem estado sob constante pressão. Até quando o Brasil permitirá a via deurbanização ambientalmente relapsa, socialmente excludente, de periferização das populações de baixa renda, que tem caracterizado sua história?

São mais de quatro décadas de debates de construção de idéias, solução de conflitos teóricos, busca de alternativas econômicas, embates, manifestações, experimentações e implementações de novas práticas na busca da sustentabilidade planetária. Cabe ressaltar o importante papel dos movimentos em prol da culturalização da temática ambiental. Estes setores passaram a cobrar dos governos o cumprimento da Agenda 21 ou a fomentar a elaboração destas agendas em nível local. Governantes defrontam-se, então, com tarefas sobre como encontrar soluções para problemas urbanos que vão da construção de moradias à preservação de áreas de verdes, do gerenciamento de lixo ao suprimento de água potável, da conservação do patrimônio histórico e cultural ao transporte.



A cidade é um cenário de diversidades e pensar a educação nesse espaço é um grande desafio. Uma ferramenta que poderá contribuir para mudança de cultura e paradigmas, o Projeto Político Pedagógico é essencial nesse processo de criação/construção de espaços urbanos seguros e resilientes. Esse instrumento, o PPP, só é possível ser concretizado se for construído em bases sólidas e vivenciado no cotidiano da escola.


Documentos como “Tratado sobre a questão urbana” do Fórum Brasileiro de Reforma Urbana (1994) também servirão para a construção de considerações preliminares acerca do tema, pois discutem a necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que tenha como objetivo o bem estar da humanidade em equilíbrio com a natureza, assentado centralmente nos valores da democracia e da justiça social hoje e para as gerações futuras, sem qualquer discriminação de gênero, econômica, social e política.

O documento Habitat (2003) também reforça a idéia de “promover mudanças nos padrões de produção e consumo insustentáveis, principalmente nos países industrializados”.

“Cidades sustentáveis” (2000) documento elaborado pelo Governo Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente, reafirma a necessidade de um novo modo de pensar ou reformular as propostas econômicas, culturais, políticas e ambientais. Essa mudança poderia contribuir para modificação da cultura, fazendo com que a sustentabilidade possa ser afirmada como um paradigma. Essa particularidade paradigmática da sustentabilidade daria sustentáculo à possibilidade de sustentabilidade urbana, permitindo que o desenvolvimento urbano ocorra em bases suportáveis para o planeta.


Mesmo admitindo que a consciência social já tenha avançado muito em toda parte, inclusive no Brasil, ainda assim estamos longe de consensos. Basta ver as informações da pesquisa divulgada há poucos dias pelo Ministério do Meio Ambiente. Mesmo com forte avanço sobre a de 20 anos atrás, na Rio 92, ela mostra que 10% dos brasileiros nem sequer sabem apontar um problema "ambiental" em sua cidade ou bairro. E o que fazer, se mais da metade da população ainda não inclui "no seu repertório" questões como consumo sustentável, desenvolvimento sustentável e biodiversidade?

Como chegar, assim, a regras universais? Ainda mais lembrando que mais de dois terços dos entrevistados relacionam desenvolvimento sustentável apenas com a "não



destruição dos recursos naturais"? Nesta hora, para ver como é intrincada e complexa a chamada questão ambiental, vale a pena consultar a alentada o livro Direito Ambiental Brasileiro, do autor Paulo Affonso Leme Machado vem compilando e comentando há duas décadas o complexo quadro dessa área no País, bem como a profusa legislação a respeito. Nessa edição, além das novas normas sobre licenciamento ambiental, foram incluídos, entre outros temas, comentários e interpretações sobre o princípio da sustentabilidade; um novo capítulo sobre direito à iluminação e energia solar; e a análise do julgamento de um dos mais graves casos de poluição do ar, ocorrido em Bhopal, Índia, há quase 20 anos, e que deixou 3.828 mortos e 25 mil pessoas lesadas. O processo criminal só se concluiu em 2010, com indenizações de US\$ 470 milhões e seguro médico para 100 mil pessoas, a cargo da empresa (Union Carbide Índia Ltd.), fabricante de inseticidas à base de isocianato de metila - além de penas de prisão para operadores da fábrica, por negligência e incompetência.

Sob a égide dessas concepções o movimento se expandiu, resultando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, de onde surgiram declarações diplomáticas genéricas, cujo resultado mais efetivo foi a criação do novo campo da política internacional – a “ecodiplomacia”. Vinte anos depois, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, teve lugar a segunda etapa da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente onde chefes de estado de todo o planeta foram convocados. A proposta era de juntos elaborarem um programa global de regulamentação do processo de desenvolvimento com base nos princípios de sustentabilidade, que ficou conhecido como Agenda 21. Segundo o Governo Federal (1992), a Agenda 21 é um programa de ação cujo objetivo é viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente eficaz em todos os países. Nesse sentido, constitui, fundamentalmente, um roteiro de planejamento voltado à implementação de um novo modelo de desenvolvimento capaz de ser sustentável no que diz respeito ao manejo dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade. Tudo isso de forma equânime e justa, tanto nas relações econômicas entre os países, quanto na distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais, economicamente eficientes e politicamente participativos e democráticos. É o que se pretende, mas que até os dias de hoje, 20 anos passados após a criação do programa, pouco disso foi conquistado. E foi nessa mesma Conferência das Nações Unidas que o meio ambiente tornou-se vinculado ao conceito de desenvolvimento sustentável e o ser humano passou a ser situado no centro de seus objetivos. A ênfase do programa se deu na melhoria das condições de vida por meio de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais. Aponta, portanto, como primeiro princípio:




“Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (LEFF, 2001, p. 313). Isso fez com que no decorrer das últimas décadas, tenha se buscado entender a complexa relação entre o ser humano e o meio ambiente e ao mesmo tempo consolidar alguns conceitos relativos à questão ambiental.

Um dos intuitos da **Rio+20** era fazer uma avaliação do cumprimento dos compromissos que ficaram acordados na Conferência ocorrida na Eco 92. O balanço deveria ter servido como base para novas discussões e deliberação de novas ações. Velhos e novos temas, que de tão discutidos poderão ser repensados, pois tentativas sempre existirão afim de salvar o planeta da ganância do consumismo. Reciclar as formas clássicas de funcionamento do capitalismo, dos modos de acumulação e expropriação. O aspecto ‘educação’ precisará ser discutido tanto com o Estado quanto com a iniciativa privada, pois mudanças perceptíveis serão tão fáceis de ocorrer.

O documento aprovado no dia 20 de junho, na conferência, recomendou a criação de um fórum político dentro da ONU, que se reuniria periodicamente para debater e acompanhar os objetivos do desenvolvimento sustentável. No entanto, ficaram de fora: o estabelecimento de metas, a definição do que é economia verde. E agora, quem vai pagar a conta da tecnologia para um mundo mais limpo? Os países reconhecem que erradicar a pobreza é o maior desafio global. O relatório defendeu também que haja uma legislação para proteger os oceanos em águas internacionais, preservando a biodiversidade. Mas foi retirada, na última hora, a parte que determinava quando essas negociações deveriam começar. O texto preparado pelos negociadores, diplomatas e técnicos, para ser apresentado aos chefes de Estado e de Governo. Os representantes das principais organizações não-governamentais fizeram críticas fortes.

O grande questionamento que fica da conferência é: como promover o desenvolvimento economicamente responsável, com a natureza e com a pessoa humana? Talvez “não existe primeira classe para navio que está afundando”. Ou todos se tornam responsáveis por si mesmos e co-responsáveis pelos outros, na busca da dignidade e do bem-estar, ou todos sofrerão graves consequências por não fazê-lo.

Além de reduzir os impactos gerados pela economia que não respeita a natureza. Precisamos rever os fundamentos, para além de uma economia verde. É preciso fazer nascer uma nova economia que possa dar contribuição maior do que a geração de riqueza. É necessário que haja também a desconcentração da riqueza gerada. Uma nova atitude da



sociedade, de ricos e pobres, de todas as instituições, do meio político, dos formuladores de políticas públicas, para que se possa, mais que reduzir o impacto sobre a natureza, promover o desenvolvimento integral do homem e de todos os homens.

O Relatório Estado do Mundo (2010), elaborado pela iniciativa do Instituto Akatu, ratifica a necessidade de uma transformação generalizada de padrões culturais dominantes, que seria o do consumismo, afim de evitar o colapso da civilização humana. A orientação cultural, os valores do mercado, do marketing levariam as pessoas a encontrar significado, satisfação e reconhecimento através do que consomem. Transformar a cultura através do direcionamento das instituições que dão corpo a cultura: educação, empresas, governo e mídia. (p. 25)

Até poetas, como Carlos Drummond de Andrade, poetizaram a situação do homem-etiqueta no mercado consumidor, em *Eu, etiqueta* (1984):


“... Por me ostentar assim, tão orgulhoso. De ser não eu, mas artigo industrial. Peço que meu nome retifiquem. Já não me convém o título de homem. Meu nome novo é coisa. Eu sou a coisa, coisamente”.

O jornalista ambiental Washington Novaes, no programa Roda Viva, em entrevista ao urbanista Jorge Wilhelm afirma, que “o mundo vive hoje com padrões de consumo, matrizes energéticas absolutamente insustentáveis...”, por isso faz-se necessário repensar tais padrões.

Contudo, toda a discussão levantada até o momento, já pode-se inferir que o modelo econômico surgido pós Segunda Guerra Mundial é algo que levará a humanidade a extinção. Mas, quem é criador e criatura nesse processo? O capitalismo tem servido a quem? Explorar os recursos naturais do planeta é irracional. Até que nomes sejam ditos, mesmo assim a lógica é insana. Por isso, o próprio entendimento da problemática é confuso.

Mitos como o de que “existirá tecnologia adequada e suficiente para resguardar a qualidade de vida no planeta” estão inseridos em discursos mercadológicos de que o mercado poderá produzir “remédios” para o avanço dos “traumas ambientais” que o planeta vem passando.

Steinberger, afirma que 1972, o termo ecodesenvolvimento foi criado para se repensar no uso mais cuidadoso dos recursos naturais nas áreas rurais do Terceiro Mundo. A autora em questão também discute a emergência do meio ambiente urbano como área



de investigação que constrói mitos sobre sustentabilidade ou insustentabilidade no espaço urbano.


Repensar o paradigma da educação que “formata” pessoas para o mercado de trabalho e convivência no espaço urbano é o princípio da mudança necessária. A Educação, em todas as suas formas, pode moldar o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos e sociedades com as habilidades perspectivas, conhecimento e valores para se viver e trabalhar de maneira sustentável. Educação para a Sustentabilidade é uma visão da educação que busca equilibrar o bem-estar humano e econômico com as tradições culturais e o respeito aos recursos naturais do planeta. A Educação para a Sustentabilidade utiliza métodos educacionais transdisciplinares para desenvolver uma ética para a educação permanente; promove o respeito às necessidades humanas compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais e com as necessidades do planeta; e nutre o sendo de solidariedade global.

Lima (2010) reforça que escola é o espaço para construção de exemplos de sustentabilidade e também de democratização do conhecimento das ações de defesa civil, por meio da promoção da cultura de riscos. As lições transdisciplinares de percepção de riscos permitem que crianças e jovens em idade escolar contribuam para a redução das vulnerabilidades e dos danos econômicos e socioambientais causados pela concretização dos eventos urbanos ambientais.

A Educação por uma vida sustentável estimula tanto o entendimento intelectual como cria vínculos emocionais com a natureza. Por isso, ela tem muito mais probabilidade de fazer com que as nossas crianças se tornem cidadãos responsáveis e realmente preocupados com a sustentabilidade da vida; que sejam capazes de desenvolver uma paixão pela aplicação dos seus conhecimentos ecológicos à reformulação das nossas tecnologias e instituições sociais, de maneira a preencher a lacuna existente entre a prática humana e os sistemas da natureza ecologicamente sustentáveis.

Apesar de ser tão antiga quanto à humanidade, a noção de “Cuidado” veio sendo sistematicamente esvaziada nas práticas das instituições sociais, em função das profundas transformações baseadas na supervalorização tecnológica. Hoje, existe um movimento que busca resgatar esse conceito com a finalidade de torná-lo operativo como fundamento complementar das ações técnicas dirigidas ao bem-estar das pessoas, como é o caso das ações da Educação, a Alfabetização Ecológica. Algo como um elemento de orientação





ética a ser assumida por todos os educadores nas suas abordagens das pessoas e das coletividades.


O *cuidado* imprimiu a sua marca registrada em cada porção, em cada dimensão e em cada dobra escondida do ser humano. Sem o *cuidado* o humano far-se-ia inumano. Tudo o que vive precisa ser alimentado. Assim, o *cuidado*, a essência da vida humana, precisa também de ser continuamente alimentado. As ressonâncias do *cuidado* são a sua manifestação concreta nos vários aspectos da existência e, ao mesmo tempo, o seu alimento indispensável. O *cuidado* vive do amor primordial, da ternura, da carícia, da compaixão, da convivialidade, da medida justa em todas as coisas. Sem *cuidado*, o ser humano, definha e morre. Hoje, na crise do projeto humano, sentimos a falta clamorosa de *cuidado* *fato esse observado nas estatísticas dos desastres urbanos- ambientais*. As suas ressonâncias negativas evidenciam-se pela má qualidade da vida, pela penalização da maioria empobrecida da humanidade, pela degradação ecológica e pela exaltação exacerbada da violência (BOFF, 1999, p. 38).

Primeiro porque no contexto em que vivemos e que pode ser definido como uma situação generalizada de crise das condições ambientais – sinais de escassez dos recursos naturais, níveis crescentes de poluição, produção descontrolada de lixo, consumo excessivo de produtos, etc., essa noção de cuidado assume um lugar de inegável relevância, pois ela ajuda a revelar que a crise pode ser considerada como consequência do comportamento descuidado do homem, de modo que ela é mais bem definida como uma crise comportamental que tem efeitos diretos sobre o meio ambiente, portanto, uma crise humano-ambiental (PINHEIRO, 2007).

Assim, por extensão, o termo cuidar também tem sido empregado no contexto de atividades como educação ambiental, para se referir à postura ética e prática que devemos adotar e manter em relação à natureza, ao ambiente, à espaçonave Terra, em acepção bastante semelhante à de proteger, em seu sentido de proteção ambiental, conforme Boff (1999).

Segundo Veiga (2000), ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. E acrescenta a autora:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de plano de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. O projeto busca



um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2000).

A escola deve ser geradora de protagonismos, prazerosa e seus sujeitos devem possuir um sentimento de pertença. Deve contribuir com a formação de um sujeito crítico, participativo e com capacidade de intervir na realidade em que o mesmo está inserido, a fim de transformá-la. Da maneira como o processo vem sendo conduzido

É urgente e necessário fortalecer a educação para aprender acima de tudo a ser cidadão, valorizando a solidariedade, a fraternidade e a verdade. Dar valor ao bem comum. A corrupção dos valores essenciais à pessoa humana destrói mais do que a natureza, mata a própria perspectiva de felicidade e a dos outros.

É na economia baseada em valores que está a grande oportunidade de alavancar um mundo novo; uma economia a serviço da pessoa humana. Uma verdadeira economia humana de reciprocidade, levando cada um a ser responsável pela própria vida e corresponsável pela vida do próximo, e, assim, podendo se alcançar o bem comum. Essa deve ser a meta maior do agir econômico. Enquanto houver miséria, não podemos dizer que estamos na rota certa. É preciso sempre parar para rever.

A ecologia humana é a chave de uma ecologia da natureza. Homens e mulheres, conscientes e responsáveis, sempre respeitarão a vida e sua dignidade, a história e o futuro e, por consequência, a natureza.

A questão a partir de agora é pensar: como configurar esses fundamentos de forma contribuir para salvaguardar a vida do planeta? Por esse motivo, esse início de discussão encontra-se receptiva a novos estudos que possam se somar ao início desse debate a esse trabalho de forma a aproximar cada vez mais o diálogo entre a ecologia e a educação, a fim de minimizar a crise ecológica e ambiental que enfrenta nosso planeta.



## Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: Ética do Humano – Compaixão pela Terra. Rio de Janeiro: vozes. 1999.
- BRASIL MMA. Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: BAMA, 2000 (155 p.)
- BRASIL MMA. Agenda 21. Disponível em Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm>>, 1992. Acesso em: 29/05/2012
- CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo. Cutrix, 2006
- HIC FOCOC Fórum Brasileiro de Reforma Urbana. Tratado sobre a questão urbana: por cidades, vilas e povoados justos, democráticos e sustentáveis. São Paulo: Revista Pólis n 16, 1994 (pp.87-92)
- LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- PROGRAMA RODA VIVA-TV BRASIL. Transcrição da entrevista com o urbanista Jorge Wilhelm.
- HABITAT. Agenda Habitat para municípios, 2003 (p.90)
- WORLD WATCH INSTITUTE. Relatório Estado do Mundo, 2010
- STEINBERGER, M. A (re) construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR) n.4. 2001



-LIMA, J. N. A. Proteção civil começa nas escolas. Revista Com ciência ambiental: dialogando para um mundo melhor, 2010

-VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). O Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 11 ed. Campinas: Papirus, 2000.

--Vídeo “História das Coisas” <http://www.youtube.com/watch?v=lgmTfPzLI4E>

- PINHEIRO, José Q.; PINHEIRO, Thiago F. Cuidado ambiental: ponte entre psicologia e educação ambiental? PSICO. Vol. 38, n. 1, pp. 25- 34, jan./abr. 2007.

